DA AVALIAÇÃO À REGULAÇÃO: O SINAEPT E O CONTROLE DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Introdução

As transformações ocorridas no capitalismo contemporâneo, particularmente a partir da crise estrutural iniciada na década de 1970, desencadearam profundas mudanças na organização do Estado, do trabalho e das políticas sociais. No campo educacional, tais mudanças se materializaram por meio da incorporação de princípios gerenciais nas políticas públicas, especialmente a partir da década de 1990, quando o Estado brasileiro passou por amplo processo de reforma administrativa orientado pelos pressupostos da Nova Gestão Pública (ANDERSON, 1995; HARVEY, 2011). Nesse contexto, a educação assumiu posição estratégica tanto para a formação da força de trabalho requerida pelo novo padrão de acumulação flexível quanto para a construção de mecanismos de regulação social e conformação ideológica.

A expansão das avaliações em larga escala, dos sistemas de monitoramento educacional e das políticas de responsabilização institucional consolidou novos mecanismos de regulação dos sistemas públicos de ensino. Tais políticas passaram a articular indicadores de desempenho, metas educacionais, racionalização administrativa e produção de evidências quantitativas como fundamentos centrais da gestão educacional contemporânea (SOUZA, 2018). Organismos internacionais, como Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Organização Internacional do Trabalho (OIT), desempenharam papel relevante na difusão dessas orientações, defendendo modelos educacionais vinculados à produtividade, à eficiência e à adaptação permanente às demandas econômicas.

Nesse processo, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passou a ocupar posição estratégica na formulação e operacionalização das políticas de avaliação educacional no Brasil. A partir da reestruturação promovida pela Lei nº 9.448/1997, o órgão ampliou significativamente suas funções, tornando-se responsável pela produção de estatísticas educacionais, implementação de avaliações em larga escala, construção de indicadores de desempenho e elaboração de instrumentos de monitoramento capazes de subsidiar a formulação de políticas públicas e mecanismos de regulação educacional (ESTEVES, 2020).

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), essas transformações assumem relevância ainda maior. Historicamente vinculada às necessidades do desenvolvimento econômico e da formação para o trabalho, a EPT passou a ocupar papel estratégico na preparação do trabalhador flexível requerido pelas transformações produtivas contemporâneas. Nesse contexto, intensificou-se a difusão da pedagogia das competências, da lógica da empregabilidade e de modelos de formação orientados pela adaptação às demandas do mercado (SOUZA, 2015).

A recente criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (SINAEPT) representa importante expressão desse movimento de aprofundamento dos mecanismos de regulação da EPT brasileira. Coordenado pelo INEP, o sistema foi concebido com a finalidade de produzir diagnósticos nacionais sobre a Educação Profissional e Tecnológica, monitorar indicadores relacionados à oferta educacional, acompanhar trajetórias estudantis e subsidiar processos de formulação, regulação e avaliação das políticas públicas para o setor (BRASIL, 2025).

A institucionalização do SINAEPT evidencia que a avaliação educacional deixa de ocupar apenas função diagnóstica ou estatística, passando a constituir-se como mecanismo central de governança educacional, indução curricular e controle institucional. A ampliação da capacidade estatal de monitoramento sobre as instituições educacionais, os currículos e os resultados de aprendizagem tendem a produzir impactos diretos sobre a organização do trabalho pedagógico e sobre a autonomia docente.

Este trabalho tem como objetivo analisar a consolidação do SINAEPT como expressão dos novos mecanismos de regulação educacional e discutir seus impactos sobre o trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica. Parte-se da hipótese de que a expansão dos sistemas nacionais de avaliação da EPT integra um movimento mais amplo de reforma gerencial da educação brasileira, articulado às exigências contemporâneas da acumulação capitalista e à difusão da racionalidade neoliberal no campo educacional.

Metodologia

A pesquisa fundamenta-se no materialismo histórico-dialético, compreendendo as políticas educacionais como expressão das disputas de classe presentes na sociedade capitalista e como parte das estratégias de recomposição burguesa frente às crises estruturais do capital (MÉSZÁROS, 2011). A investigação dialoga particularmente com as contribuições teóricas de Antonio Gramsci acerca das relações entre Estado, hegemonia e sociedade civil, compreendendo os aparelhos educacionais como espaços

privilegiados de construção de consenso e difusão da pedagogia política do capital (GRAMSCI, 2000).

Adotou-se abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, articulada à análise crítica das transformações recentes nas políticas de avaliação da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. A pesquisa bibliográfica contemplou autores que discutem as relações entre neoliberalismo, reforma do Estado, gerencialismo, trabalho docente e políticas educacionais.

No plano documental, foram analisados documentos produzidos pelo Ministério da Educação (MEC), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pela Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT) e por organismos internacionais que influenciaram a formulação das políticas educacionais brasileiras. Entre os documentos analisados destacam-se relatórios institucionais, legislações educacionais, diretrizes de avaliação da EPT e publicações relacionadas à implementação do SINAEPT.

Também foram incorporadas análises desenvolvidas na tese intitulada O papel do INEP na reforma gerencial dos sistemas públicos de ensino no Brasil, que investigou a reestruturação institucional do órgão e sua centralidade na consolidação das políticas de avaliação em larga escala e dos mecanismos gerenciais de regulação educacional (ESTEVES, 2020).

A análise documental concentrou-se especialmente na publicação Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção, organizada pelo próprio INEP, bem como em documentos institucionais relacionados à implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (BRASIL, 2020).

Discussão dos dados

As transformações recentes das políticas educacionais brasileiras não podem ser compreendidas de maneira isolada das mudanças ocorridas no capitalismo contemporâneo. A crise estrutural do capital e a reorganização dos processos produtivos exigiram a redefinição das funções do Estado e a construção de novos mecanismos de regulação social capazes de assegurar a adaptação da força de trabalho às exigências do regime de acumulação flexível (HARVEY, 2011).

Nesse contexto, a educação passou a ocupar papel estratégico na formação de trabalhadores dotados de competências técnicas, comportamentais e cognitivas compatíveis com as novas demandas produtivas. Paralelamente, consolidou-se a

expansão de modelos gerenciais de administração pública orientados pela racionalização administrativa, pela cultura da performatividade, pela accountability e pela gestão baseada em resultados (ANDERSON, 1995).

No Brasil, a reforma gerencial do Estado implementada a partir da década de 1990 intensificou a incorporação desses princípios às políticas educacionais. As avaliações em larga escala passaram a ocupar posição central na formulação das políticas públicas, redefinindo progressivamente os mecanismos de regulação dos sistemas de ensino. A produção de indicadores educacionais, rankings institucionais, metas de desempenho e instrumentos de monitoramento transformou-se em elemento estruturante da gestão educacional contemporânea (ESTEVES, 2020).

O INEP desempenhou papel decisivo nesse processo. Originalmente criado como órgão voltado à produção de estudos e pesquisas educacionais, o Instituto passou, a partir da reforma promovida pela Lei nº 9.448/1997, a assumir funções diretamente relacionadas à implementação dos sistemas nacionais de avaliação, produção de estatísticas educacionais e construção de indicadores destinados ao monitoramento dos sistemas de ensino (ESTEVES, 2020).

No campo da Educação Profissional e Tecnológica, esse movimento assume características particulares. Historicamente vinculada às demandas do desenvolvimento econômico, a EPT passa a ser concebida como espaço privilegiado de formação do trabalhador flexível requerido pelas transformações produtivas contemporâneas. A difusão da pedagogia das competências e da lógica da empregabilidade reforça a subordinação da formação educacional às necessidades imediatas do mercado de trabalho (SOUZA, 2015).

Nesse cenário, a institucionalização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica representa importante aprofundamento dos mecanismos de regulação educacional sobre a EPT. Coordenado pelo INEP, o sistema foi concebido com o objetivo de produzir diagnósticos nacionais sobre a Educação Profissional e Tecnológica, monitorar indicadores relacionados à qualidade da oferta educacional e subsidiar processos de formulação e regulação das políticas públicas para o setor (BRASIL, 2025).

Os documentos institucionais relacionados ao SINAEPT evidenciam que o sistema se estrutura a partir de cinco grandes dimensões: articulação com o mundo do trabalho, condições de oferta, permanência e conclusão, desenvolvimento dos estudantes e impacto social da formação profissional (BRASIL, 2025). A definição dessas dimensões

demonstra a centralidade assumida pela avaliação como instrumento de governança educacional e mecanismo de indução das políticas públicas.

A construção do SINAEPT também evidencia a consolidação de uma racionalidade gerencial baseada na produção permanente de dados, indicadores e mecanismos de monitoramento institucional. Os documentos do próprio INEP destacam a necessidade de produzir evidências quantitativas capazes de orientar decisões regulatórias, acompanhar trajetórias de inserção profissional e aferir o alinhamento entre os cursos ofertados e as demandas do setor produtivo (BRASIL, 2020).

A publicação Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção demonstra que a constituição de um sistema nacional de avaliação da EPT já vinha sendo formulada como prioridade institucional desde o final da década de 2010 (BRASIL, 2020). Os debates presentes na obra revelam esforços voltados à construção de bases conceituais, estatísticas e metodológicas capazes de subsidiar a consolidação de um modelo nacional de avaliação da Educação Profissional e Tecnológica.

Tal movimento revela que a avaliação da EPT deixa de ocupar função exclusivamente diagnóstica e passa a integrar uma nova arquitetura de regulação educacional baseada na governança por indicadores, na cultura da performatividade e na gestão educacional orientada por resultados. A centralidade assumida pelos sistemas de avaliação contribui para redefinir os critérios de qualidade educacional, deslocando o debate pedagógico para parâmetros vinculados à eficiência, produtividade e adequação econômica.

Esses processos produzem impactos diretos sobre o trabalho docente na Educação Profissional e Tecnológica. A ampliação das exigências relacionadas ao desempenho institucional, ao cumprimento de metas, à adaptação curricular e à produção de resultados mensuráveis intensifica mecanismos de controle sobre as práticas pedagógicas e reduz espaços de autonomia docente.

A lógica da accountability e da responsabilização institucional tende a fortalecer processos de padronização curricular e monitoramento permanente das atividades educativas. Nesse contexto, o trabalho docente passa a ser progressivamente subordinado aos indicadores de desempenho produzidos externamente, contribuindo para a intensificação do trabalho pedagógico e para a ampliação das exigências burocráticas relacionadas à gestão educacional.

Além disso, a valorização crescente dos indicadores quantitativos tende a desconsiderar dimensões fundamentais da formação humana, como a construção crítica do conhecimento, as especificidades socioculturais dos estudantes e os processos coletivos

de produção pedagógica. A educação passa a ser concebida prioritariamente como instrumento de preparação para o mercado de trabalho, subordinando os processos formativos às exigências da acumulação capitalista contemporânea.

Entretanto, a consolidação desses mecanismos de regulação não ocorre de maneira homogênea ou consensual. O campo educacional permanece atravessado por disputas entre diferentes projetos de formação humana e de sociedade. Persistem formas de resistência construídas por docentes, pesquisadores e entidades comprometidas com a defesa da educação pública, democrática e socialmente referenciada.

Conclusões

A análise realizada permite concluir que a consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica representa importante aprofundamento dos mecanismos de regulação gerencial da educação brasileira. Mais do que instrumento técnico de diagnóstico educacional, o SINAEPT constitui expressão das transformações contemporâneas das políticas educacionais e da ampliação da capacidade estatal de monitoramento e controle sobre os sistemas de ensino.

A centralidade assumida pelo INEP na formulação e operacionalização das políticas de avaliação evidencia a importância estratégica da produção de indicadores, estatísticas e mecanismos de monitoramento para a governança educacional contemporânea. A avaliação passa a ocupar função estruturante na definição de currículos, parâmetros de qualidade, processos de gestão e mecanismos de responsabilização institucional.

No âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, a expansão dos sistemas avaliativos reforça a vinculação entre formação educacional e demandas econômicas contemporâneas. A valorização de indicadores relacionados à empregabilidade, inserção profissional e adequação às necessidades produtivas evidencia a consolidação da pedagogia das competências e da racionalidade gerencial como princípios organizadores da EPT.

Os impactos dessas transformações sobre o trabalho docente são significativos. A intensificação dos mecanismos de monitoramento, padronização curricular e responsabilização institucional tende a reduzir espaços de autonomia pedagógica e ampliar processos de controle sobre as práticas educativas.

Conclui-se, portanto, que os novos mecanismos de avaliação da Educação Profissional e Tecnológica devem ser compreendidos como parte de um movimento mais

amplo de reforma gerencial do Estado e de consolidação da governança educacional neoliberal.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica: um campo em construção. Brasília: Inep, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Inep, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/avaliacao-da-educacao-profissional-e-tecnologica. Acesso em: 14 maio 2026.

ESTEVES, Thiago de Jesus. O papel do INEP na reforma gerencial dos sistemas públicos de ensino no Brasil. 2020. 551 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, 2020.

HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.